



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LETRAS**

**ELIANE COSTA DA SILVA**

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA: A GÍRIA COMO UMA  
PROPOSTA DE ATIVIDADE PEDAGÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

**GUARABIRA  
2018**

**ELIANE COSTA DA SILVA**

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA: A GÍRIA COMO UMA  
PROPOSTA DE ATIVIDADE PEDAGÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Programa de Graduação  
em Letras, da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção  
do título de Graduada em Letras.

Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Esp. Karla Valéria  
Araújo Silva

**GUARABIRA  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586v Silva, Eliane Costa da.  
A variação linguística em sala de aula [manuscrito] : a gíria como uma proposta de atividade pedagógica para o ensino fundamental / Eliane Costa da Silva. - 2018.  
40 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.  
"Orientação : Profa. Esp. Karta Valéria Araújo Silva, Coordenação do Curso de Letras - CH."  
1. *Variações linguísticas*. 2. *Preconceito linguístico*. 3. *Atividade pedagógica*. I. Título  
21. ed. CDD 410

ELIANE COSTA DA SILVA

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA: A GÍRIA COMO UMA  
PROPOSTA DE ATIVIDADE PEDAGÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Letras da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de Graduada  
em Letras.

Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 14/06/2018.

BANCA EXAMINADORA

Karla Valéria Araújo Silva  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Karla Valéria Araújo Silva (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Iara Ferreira de Melo Martins  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Ferreira de Melo Martins (1.<sup>a</sup> Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Danielle dos Santos Mendes Coppi  
Prof.<sup>a</sup> Me. Danielle dos Santos Mendes Coppi (2.<sup>a</sup> Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*A DEUS, minha força maior, que tem  
feito maravilhas por mim;  
Aos meus pais: Lourdes e José, pelo  
incentivo de sempre;  
Aos meus irmãos: Maria da Conceição  
e Elias, pelo apoio;  
À professora Karla Valéria, uma  
inspiração, DEDICO.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, Senhor da minha vida, que me iluminou e me ilumina a cada dia, que me deu (e dá) forças e sabedoria nessa jornada e que mesmo nos momentos mais difíceis, nunca me abandonou. Eis que quando tudo dizia que eu não podia, Ele pegou na minha mão e disse: Sim, você pode!

Aos meus pais, Maria de Lourdes e José Nunes, primeiros educadores da minha vida, por todo amor, carinho, dedicação, incentivo, apoio. Eles na sua simplicidade, me ensinaram as primeiras lições, as primeiras regras e valores e, acima de tudo, contribuíram significativamente para a pessoa que sou hoje e para esse momento vivenciado. A vocês, meus primeiros mestres, minha gratidão!

À minha irmã Maria da Conceição (Ceixa) e ao meu cunhado Gilson, pela acolhida em sua casa ao longo dessa caminhada. Em especial, à minha irmã, com quem além do apoio, pude compartilhar anseios, inseguranças, alegrias.

Ao meu irmão Elias que mesmo estando distante, contribuiu bastante nesse percurso.

À querida professora orientadora Karla Valéria, que com sua atenção, dedicação, compreensão, paciência, sugestões, foi peça chave para a conclusão deste trabalho. Além disso, através de suas palavras, muitas vezes sem saber, me encorajou, me deu incentivo e me subsidiou segurança na construção do mesmo, bem como, contribuiu marcadamente para minha formação. A ti, querida orientadora, meu muito obrigada!

Às professoras Iara Martins e Danielle Coppi por aceitarem o convite em participar como examinadoras e por também contribuírem no meu interesse pela temática desse trabalho.

Aos colegas da turma de letras português 2014.1. Em especial, às minhas companhias de todas as noites: Guia, Valnize e Bertelânia, pelo apoio e amizade.

A todos os professores que já passaram pela minha vida, desde a pré-escola até a universidade, sem a contribuição de vocês, esse momento não seria possível.

A todos da localidade (zona rural) onde resido pelo apoio e caronas cedidas.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente nesse percurso.

*“A variação aparece, assim, como uma coisa inevitavelmente normal. [...] existem variações lingüísticas (sic) não porque as pessoas são ignorantes ou indisciplinadas; existem porque as línguas são fatos sociais[...].”*

*Irândé Antunes*

## RESUMO

A presente pesquisa tem como foco principal discutir sobre as variações linguísticas e suas abordagens no âmbito das aulas de língua portuguesa. Para tanto, irá discorrer sobre o conceito desses fenômenos e sua correlação com os preconceitos linguístico e social, bem como, abordar algumas concepções do certo/errado pregadas nas aulas de língua portuguesa. Entendendo que é relevante refletir sobre a temática, uma vez que a sala de aula constitui um espaço de formação do sujeito, iremos trazer uma proposta de atividade pedagógica pautada na perspectiva da teoria da variação para assinalar algumas alternativas de como abordar esses fenômenos, fugindo do parâmetro dicotômico referido acima. Sendo, pois, de natureza qualitativa, nossa pesquisa terá a contribuição para seu embasamento teórico, as discussões dos seguintes autores: Alkmim (2007), Antunes (2007), Bagno (2006, 2007, 2008, 2009), Bortoni-Ricardo (2004, 2005), Chagas (2015), dos PCN (BRASIL, 1997, 1998), entre outros.

**Palavras-chave:** Variações linguísticas. Preconceito linguístico. Atividade pedagógica.

## ABSTRACT

The present research has as main focus to discuss about the linguistic variations and their approaches in the scope of the Portuguese language classes. For that purpose, it will discuss the concept of these phenomena and their correlation with linguistic and social prejudices, as well as to address some conceptions of right / wrong preached in Portuguese language classes. Understanding that it is relevant to reflect on the theme, once the classroom constitutes a space for the formation of the subject, we will bring a proposal of pedagogical activity based on the perspective of the variation theory to point out some alternatives of how to approach these phenomena, fleeing from the dichotomous parameter referred above. This research presents a qualitative approach, and will have as contribution for its theoretical basis the discussions of the following authors: Alkmim (2007), Antunes (2007), Bagno (2006, 2007, 2008, 2009), Bortoni-Ricardo (2004, 2005), Chagas (2015), dos PCN (BRASIL, 1997, 1998), among others.

**Keywords:** Linguistics variations. Linguistic prejudice. Pedagogical activity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Charge 1</b> .....	33
<b>Figura 2 – Charge 2</b> .....	34

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

LP Língua Portuguesa

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 PERCURSO HISTÓRICO DO ESTUDO DA LÍNGUA: DOS NEOGRAMÁTICOS ÀS ABORDAGENS VARIACIONISTAS</b> .....	13
2.1 OS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS SOB A PERSPECTIVA DOS NEOGRAMÁTICOS .....	13
2.2 PERSPECTIVA ESTRUTURAL: A LÍNGUA COMO SISTEMA DE SIGNOS.....	14
2.3 PERSPECTIVA GERATIVISTA: A LINGUAGEM COMO UM MECANISMO INATO .....	15
2.4 PERSPECTIVA FUNCIONALISTA: A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE INTERAÇÃO SOCIAL.....	16
2.5 PERSPECTIVA SOCIOLINGÜÍSTICA: A LÍNGUA E SUAS VARIAÇÕES .....	17
<b>3 O QUE SÃO VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS?</b> .....	19
3.1 AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS E O PRECONCEITO SOCIAL .....	22
<b>4 AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NAS AULAS DE PORTUGUÊS: CONCEPÇÕES DO “CERTO” E DO “ERRADO”</b> .....	26
<b>5 ENTRE OS MITOS DO PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E A CONSCIÊNCIA VARIACIONISTA DA LÍNGUA: O QUE DEVE SER FEITO EM SALA DE AULA?</b> .....	32
5.1 PROPOSTA DE ATIVIDADE .....	33
5.2 DISCUSSÃO DA PROPOSTA .....	34
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	38

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade heterogênea, na qual seus habitantes são tão diversificados quanto aos seus falares. Como exemplo dessa diversidade, temos as variações linguísticas. Variações estas, que muitas vezes causam preconceito linguístico e também social, devido a um valor social atribuído à língua, que muda e varia de acordo com a idade, a região, o status, o nível de escolaridade, dentre outros fatores. Nesse sentido, é válido observar como a escola, instituição integrante dessa sociedade e responsável pela formação, se porta sobre as variações linguísticas e como as leva para a sala de aula.

Assim, motivados pela discussão no meio acadêmico sobre a dinamicidade da língua e, principalmente, pela necessidade de abordar as variações linguísticas num viés que não discrimine nenhuma variedade, mas que crie uma consciência não preconceituosa sobre as variações, este trabalho se pautará no seguinte questionamento: Como discutir de uma maneira contextualizada as variações linguísticas numa perspectiva variacionista e não preconceituosa? Sendo assim, o objetivo mais amplo deste trabalho será demonstrar, por meio da gíria, uma proposta de atividade, para se trabalhar as variações linguísticas não pelas concepções do certo e do errado, mas de modo não preconceituoso. Para tanto, pontuamos como objetivos específicos: discorrer sobre o conceito de variações linguísticas bem como sua relação com o preconceito linguístico e social; sinalizar algumas concepções sobre variações discutidas nas aulas de língua portuguesa; pontuar algumas sugestões sobre o trabalho sociolinguístico em sala de aula.

Pautados numa pesquisa de cunho qualitativo e tendo como aportes teóricos autores como Alkmim (2007), Antunes (2007), Bagno (2006, 2007, 2008, 2009), Bortoni-Ricardo (2004, 2005), PCN (1997, 1998), Chagas (2015) entre outros, este trabalho fará, inicialmente, uma contextualização sobre o estudo da língua e da linguagem, partindo da abordagem neogramática até a teoria da variação. Em seguida, iremos tratar sobre o conceito de variações linguísticas, seus tipos e como as mesmas, a partir de uma visão equivocada são usadas como meio de preconceito linguístico e social. Logo após, trataremos uma discussão sobre algumas concepções dicotômicas do certo/errado abordadas nas aulas de língua portuguesa não só pelo viés da gramática tradicional, mas também por uma questão social. Por fim, falaremos

um pouco sobre como poderia ser o trabalho com as variações linguísticas e, em seguida, expomos uma proposta de atividade que visa mostrar a possibilidade de o professor apresentar a dinamicidade da língua para os seus alunos de forma contextualizada, a partir do gênero charge.

## **2 PERCURSO HISTÓRICO DO ESTUDO DA LÍNGUA: DOS NEOGRAMÁTICOS ÀS ABORDAGENS VARIACIONISTAS**

A compreensão, o domínio da língua e da linguagem sempre foi (e é) alvo do interesse humano. Compreender questões intrínsecas a essa faculdade como “Por que falamos? Para que falamos? Como falamos? Por que as línguas são diferentes? O que são palavras? O que elas produzem? [Por que as línguas mudam?]” (ORLANDI, 2009, p. 07, acréscimo nosso), são algumas questões que aguçam a curiosidade do homem, levando-o a estudar a língua e a linguagem a fim de obter alguma resposta.

Os registros mais antigos de estudo da linguagem remontam à Antiguidade Clássica, no século IV a. C., em que questões religiosas levaram os hindus a estudar a língua. Com o passar do tempo, foram surgindo outros interesses acerca dos estudos linguísticos. Dentro desses interesses podemos referenciar a abordagem dos neogramáticos, na segunda metade do século XIX. Vejamos a seguir as principais correntes que se preocuparam em estudar a língua, partindo da abordagem neogramática até o surgimento da Sociolinguística, no século XX.

### **2.1 OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS SOB A PERSPECTIVA DOS NEOGRAMÁTICOS**

Tendo surgido em 1870, na Alemanha, os estudos neogramáticos formularam uma teoria sobre as leis fonéticas para explicar as mudanças linguísticas que ocorriam na língua, tendo como princípio o fato de que as mudanças fonéticas se davam devido “[...] a uma ação mecânica, de forças fisiológicas e psíquicas que escapam ao controle humano” (CÂMARA JR, 1979, p. 75), isto é, essa mudança ocorria de forma involuntária, como se o indivíduo já estivesse predestinado a praticá-la. Eles acreditavam que as leis fonéticas eram regulares e imutáveis “[...] e as mudanças afetam a mesma unidade fônica em todas as suas ocorrências, no mesmo ambiente, em todas as palavras, não admitindo exceções [...]” (FARACO, 2007, p. 35).

Segundo Cyranca (2014), quando a mudança fugia a regularidade das leis fonéticas, os neogramáticos diziam que eram resultados de empréstimo ou analogia<sup>1</sup>; se a explicação fugisse desses dois parâmetros, podia-se afirmar, de acordo com

---

<sup>1</sup> “Como analogia, os neogramáticos entendiam o processo segundo o qual a mente humana, estabelecendo semelhanças entre as formas originalmente distintas, interfere nos movimentos naturais dos sons, atrapalhando a atuação das leis fonéticas” (MARTELOTTA, 2011, p. 51).

esses estudiosos, que o fenômeno que causava a irregularidade era ainda desconhecido. Essa abordagem pode ser considerada de singular importância para os estudos de variação da língua, pois foi ela quem primeiro sinalizou que as mudanças partiam de hábitos individuais do sujeito, ou seja, da fala. “[...] Desse modo, os neogramáticos voltam seus interesses não apenas para o estudo dos dados provenientes de *documentos escritos*, mas também para a observação dos *dialetos falados na época*” (MARTELOTTA, 2011, p. 52, grifos nossos).

Contudo, essa abordagem limitou-se apenas a sinalizar:

[...] a mudança linguística no âmbito do indivíduo, mas não explicitou, de modo mais sistemático, como os contextos de comunicação poderiam interferir no uso individual, limitando-se, nesse sentido, a descrever processos de analogia e empréstimo” (ibid., p. 53).

Essa concepção de sistematização do indivíduo, apontada pelos neogramáticos só será desenvolvida, mais tarde, com a sociolinguística, mas antes de apresentarmos essa corrente, vejamos mais algumas outras perspectivas anteriores de estudo da língua e da linguagem.

## 2.2 PERSPECTIVA ESTRUTURAL: A LÍNGUA COMO SISTEMA DE SIGNOS

O início do século XX foi marcado pelos estudos da língua a partir de Ferdinand Saussure (1857-1913) e da publicação do seu livro *Curso de Linguística Geral* em 1916. Tal fato revolucionou os estudos em linguística sendo responsável pela autonomia e confirmação desta como ciência e a definição do seu objeto de estudo.

Em meio às discussões da referida obra, é inaugurada uma nova corrente de estudos da língua: o Estruturalismo, da qual Saussure é considerado o precursor. Essa corrente é assim denominada porque o genebriano concebia a língua como “[...] um ‘sistema de signos’ – um conjunto de unidades que se relacionam organizadamente dentro de um todo. [...] não pode ser modificada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade” (PETER, 2007, p. 14).

A partir das concepções de Saussure, há uma reviravolta quanto ao método de estudo da língua; o enfoque passa de um método historicista para um viés que estudasse a língua num dado momento de tempo. Estava assim estabelecida uma

das dicotomias de Saussure: diacronia *versus* sincronia. “É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático de nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções” (SAUSSURE, 2006, p. 96).

A dicotomia língua *versus* fala foi bastante difundida na teoria saussuriana. Para Saussure, a língua representava “[...] um conjunto fechado e homogêneo de regularidades, de fatos estáticos [...]” (CHAGAS, 2015, p. 149), já a fala era “[...] a realização concreta da língua pelo sujeito falante, sendo circunstancial e variável” (ORLANDI, 2009, p. 22). Por considerar a fala individual, assistemática, mais passível de sofrer variações, Saussure a descarta do alvo de interesse da linguística e elege a língua como objeto de estudo dessa ciência, devido ao seu caráter mais estático.

### 2.3 PERSPECTIVA GERATIVISTA: A LINGUAGEM COMO UM MECANISMO INATO

Tendo como precursor Noam Chomsky (1928), o Gerativismo emerge nos Estados Unidos no final da década de 1950, gerando maior repercussão, porém, no ano de 1957, a partir da publicação do livro *Estruturas sintáticas*, conforme destaca Kenedy (2011).

Tal corrente surge como uma forma de refutar a teoria behaviorista quanto à aquisição da linguagem, que foi dominante durante a primeira metade do século XX e teve como expoente Skinner (1904-1990). Segundo essa teoria comportamentalista, a linguagem humana era condicionada e a aprendizagem da língua se dava por meio de estímulos e respostas que o indivíduo recebia do meio social. Assim, de acordo com Kenedy (2011, p. 128): “Para um behaviorista, a linguagem humana é [...] um sistema de hábitos gerado como resposta e estímulos e fixados pela repetição”.

Ainda, como sinaliza o autor supracitado, o aprendizado da linguagem se dava a partir do contato do indivíduo com o exterior e a enunciação da palavra era totalmente previsível “[...] tal como é possível prever que um cão começará a latir ao ouvir, por exemplo, o som de uma campainha caso tenha sido treinado para isso” (ibid., p. 128).

Em contrapartida a essa visão, Chomsky acreditava na criatividade do indivíduo que era capaz de enunciar frases jamais ditas, sendo essa criatividade o traço mais marcante que distingue o ser humano dos animais. Além disso, Peter (2007) afirma que esse estudioso concebia a linguagem como um mecanismo inato, ou seja, todo

indivíduo possuiria uma predisposição a falar, sendo ela natural à mente humana e tida como genética.

Uma abordagem difundida nessa teoria, é a Gramática Universal – GU, conjunto dos elementos linguísticos compartilhados por todas as línguas. Para Chomsky (2005, p. 35), todas as línguas compartilham de elementos comuns entre si sendo elas “[...] produtos do mesmo molde [...] com diferenças apenas marginais.”

#### 2.4 PERSPECTIVA FUNCIONALISTA: A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE INTERAÇÃO SOCIAL

Diferentemente das correntes linguísticas já abordadas, o funcionalismo – corrente de estudos da linguagem que leva em consideração o uso da língua em diferentes situações – não tem um expoente maior que tenha se destacado isoladamente nos estudos funcionais. A esse respeito, Neves (1997, p. 01), na introdução de seu livro “*A Gramática funcional*” comenta:

[...] os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não as características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam.

Podemos observar que há vários autores representativos nessa corrente teórica, sendo que cada um desenvolveu um trabalho significativo e que, apesar de terem diferentes enfoques, se encaixam na corrente funcionalista. Com efeito, para atendermos ao objetivo desse tópico, abordaremos o funcionalismo de modo geral, mostrando a perspectiva dessa corrente sobre a língua, não focando diretamente nos estudiosos dessa época.

Surgido na Europa, na Escola de Praga, e tendo duas vertentes: a europeia e a americana, o funcionalismo, emerge ainda dentro do estruturalismo como uma teoria que questiona a ideia de língua autônoma, como era concebida nas correntes anteriores, que independe do contexto comunicativo e que “[...] se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (CUNHA, 2011, p. 157).

A respeito do funcionalismo, Martins (2009, p. 34) acrescenta: “[...] o funcionalismo tem como questão básica a não-autonomia dos níveis gramatical e

discursivo, já que, para os linguistas funcionalistas, é a situação real de comunicação que determina a estrutura gramatical das línguas”. Podemos explicar a afirmação da autora, de que o sujeito modifica a sentença gramatical de acordo com sua intenção e contexto comunicativo, com o exemplo dado por Cunha (2011, p. 157) nas seguintes sentenças:

- a) *Você é desonesto.*
- b) *Desonesto é você.*

De acordo com essa autora, somente a análise da estrutura não daria conta de explicar porque o falante usaria a sentença “b” ao invés da sentença “a”, sendo que a sentença “b” só faz sentido se levado em conta o contexto comunicativo, em que o falante replica um insulto dito anteriormente. “[...] Esse exemplo demonstra a essência da análise funcionalista, que amplia seu campo de visão, recorrendo ao contexto de uso o qual [...] motiva as diferentes estruturas sintáticas” (ibid., p. 158).

De maneira geral, essa corrente representou um novo paradigma nos estudos linguísticos: o de falante como usuário da língua. Dessa forma, o estudo deixa de ser centrado apenas na estrutura, bem como a língua passa a ser considerada heterogênea e o sujeito passa a ser reconhecido como modificador do sistema linguístico.

## 2.5 PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA: A LÍNGUA E SUAS VARIAÇÕES

Após a língua ser considerada instrumento de interação social, faltava uma teoria que a estudasse com todas as motivações que a levam a variar em todos os seus aspectos. Surge então, a Sociolinguística, iniciada por William Labov, nos Estados Unidos, entre as décadas de 1950 e 1960. Essa corrente, assim como o funcionalismo, também contraria estruturalistas e gerativistas que centravam seus estudos na *langue* – língua e a isolavam do sujeito. Sobre a visão dessa corrente sobre a língua, Cezario e Votre (2011, p. 141, acréscimo nosso) apontam:

Para essa corrente [Sociolinguística], a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada com uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.

Com os estudos labovianos, passou-se a considerar a variação como imanente à língua, algo que não pode ser evitado, como também, a se observar que a língua varia de acordo com a sociedade, “Labov [...] procura justamente demonstrar que o funcionamento de uma língua não pode ser entendido no vácuo. Ela necessariamente faz parte de uma sociedade que a utiliza, a influencia e é influenciada por ela” (CHAGAS, 2015, p. 149-150). Nessas condições, a língua e a sociedade são consideradas heterogêneas sendo, portanto, suscetíveis a variações tanto linguísticas como extralinguísticas.

### 3 O QUE SÃO VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS?

Conceituar as variações linguísticas nem sempre é uma tarefa fácil, principalmente, se procurarmos defini-las pelo viés do senso comum, do tradicional, em que a primeira definição que vem à mente parte da noção de erro. Mas, se buscamos pelo viés científico, fica bem mais fácil, em especial, se considerarmos que as variações são fenômenos naturais constituintes das línguas vivas, em que seus falantes são das mais diversas ordens e que ainda, sentem a necessidade de renovar, criar, extinguir palavras.

Varição está ligada ao verbo variar, isto é fato. Vejamos, pois, algumas definições de variar, segundo o minidicionário Aurélio escolar da língua portuguesa: “1. Tornar vário ou diverso, diversificar. 2. Alterar, revezar. 3. Variar. 4. Mudar.” (FERREIRA, 2001). Conforme observamos, nenhum dos significados de variar está ligado a erro; pelo contrário, acentuam o que as variações realmente são, isto é, formas diversificadas (e não erradas) das quais os falantes dispõem para usar a língua, ou nas palavras de Bagno (2007, p. 39), “[...] os diversos conjuntos de realizações possíveis dos recursos expressivos que estão à disposição do falante”. Vale ressaltar ainda que, o conceito de variações está ligado ao caráter heterogêneo da língua. Essa heterogeneidade, por sua vez, se dá de forma organizada, sistemática, ordenada, ou seja, só existe variação onde a língua permite.

Mas, por que a variação ocorre? Parafraseando Coseriu (1979), Chagas (2015, p. 150) afirma que “[...] a língua nunca está pronta. Ela é sempre algo a refazer. A cada geração, ou mesmo em cada situação de fala, cada falante recria a língua. Dessa forma, ela está sujeita a alterações nessa recriação”. Ou ainda, se considerarmos que na sociedade existem:

[...] pessoas de ambos os sexos, das mais diferentes faixas etárias, de múltiplas origens étnicas, de todas as classes sociais das mais diferentes religiões, de diversas orientações sexuais, de diferentes opiniões políticas, vestidas de todos os modos possíveis etc. (BAGNO, 2007, p. 38).

Podemos inferir então, que a sociedade assim como a língua, é composta de diversidades, e que a variação é natural à língua, já que que ela, assim como a sociedade, não é um sistema estável, acabado, compacto. Dessa maneira, a variação

ocorre não porque seus falantes deturpam a língua, mas como um fator natural de uma sociedade heterogênea.

Essa heterogeneidade se dá, como já vimos acima, na citação de Bagno (2007, p. 38), porque vivemos numa sociedade plural em que existem pessoas de diferentes camadas sociais, regiões, *status*, níveis de escolaridade, idade, sexo etc., que por sua vez, possuem um repertório linguístico diferente para cada camada. Logo, uma pessoa que tem maior nível de escolaridade tem, dependendo do contexto, um comportamento linguístico diferente do de um analfabeto; um adolescente usa certas palavras que são estranhas para um idoso e vice-versa; uma pessoa de uma região faz uso de determinada palavra em detrimento de outra ou pronuncia um vocábulo de modo diferente de pessoas de outros estados.

Ao contrário do que se pensa, e às vezes é pouco pontuado, a estrutura da língua não escapa às variações. Pelo contrário, elas ocorrem em todos os níveis, sejam eles, fonético-fonológico, sintático, semântico, lexical etc., assim cada nível citado corresponde a uma variação interna no sistema da língua.

Vejam os a seguir, pautados na discussão de autores como: Bagno (2007), Cezario e Votre (2011), Coelho et al (2010), Alkmim (2007), Bortoni-Ricardo (2005), a classificação dos três tipos de variações mais comuns:

- **Variação regional:** também conhecida por diatópica ou geográfica, engloba as variações existente entre países, regiões, estados, cidades, ou seja, essa variação diz respeito às diferenças linguísticas causadas por distâncias geográficas. É por meio dela que identificamos, por exemplo, a diferença entre a fala de um indivíduo do interior de São Paulo e de Pernambuco. Conforme Coelho (2010, p. 76) *et al*, é possível identificar essas diferenças graças ao:

[...] aparato teórico-metodológico da Sociolinguística nos equipa para que possamos sair de um nível impressionístico (e, às vezes, caricato) da variação geográfica e descubramos quais são exatamente as marcas linguísticas que caracterizam a fala de uma região em relação à de outra. Em geral, itens lexicais particulares, certos padrões entoacionais e, principalmente, certos traços fonológicos respondem pelo fato de que falantes de localidades diferentes apresentem dialetos diferentes de uma mesma língua.

- **Variação social:** chamada também de diastrática, “[...] relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com

a organização sociocultural da comunidade de fala” (ALKMIM, 2007, p. 35). Nesse tipo de variação, se encaixam variáveis como sexo, faixa etária, grau de instrução, nível socioeconômico etc.

- **Variação de registro:** também conhecida por estilística ou diafásica, esse tipo de variação diz respeito ao contexto situacional – formal ou informal - em que o falante se encontra. “[...] Isto é, [os falantes] usam *estilos* ou *registros* distintos – em função das circunstâncias em que ocorrem as interações verbais” (ibid., p. 38, acréscimo nosso, grifos da autora, respectivamente). A respeito do contexto situacional, Cezario & Votre (2011, p. 145, grifos nosso) comentam:

O contexto situacional é responsável por uma série de variações linguísticas. **Dependendo da situação em que o falante se encontre, ele utiliza mecanismos linguísticos diferentes para se expressar.** Assim, a sua linguagem apresenta diferenças lexicais, gramaticais e fonéticas distintas devido ao contexto, ao ouvinte ou ao meio o qual a informação é transmitida [...].

É dessa maneira que reforçando esse pensamento, Bortoni-Ricardo (2005) afirma que o falante modifica sua forma de falar dependendo do contexto em que se encontra, isto é, ele faz uso de um registro mais formal ou menos formal, a depender da situação comunicativa:

[...] **A escolha de determinado grau de formalidade na fala depende basicamente do papel social que o falante desempenha a cada ato de interação verbal.** [...] há pelo menos três fatores determinantes dessa seleção: os participantes da interação, o tópico da conversa e o local onde ela se processa. **O falante ajusta sua linguagem, variando de um estilo informal a um estilo cerimonioso, a fim de se acomodar aos tipos específico de situações** (p. 24-25, grifos nossos).

Conforme Bagno (2007), toda essa discussão em que o falante adequa sua fala (e também sua escrita) ao contexto pode ser resumida por duas palavras: monitoramento estilístico. Esse monitoramento, segundo ele, ocorre com todos falantes: “[...] **não existe falante de estilo único:** todo e qualquer indivíduo varia a sua maneira de falar, monitora mais ou menos o seu comportamento verbal, independentemente de seu grau de instrução, classe social, faixa etária etc.” (ibid., p. 45-46, grifos do autor).

O referido autor ainda pontua outros tipos de variações de interesse sociolinguístico, a saber: *variação diamésica* que ocorre na comparação entre língua

falada e língua escrita e está ligada ao conceito de gênero textual e a *variação diacrônica*, em que podem ser conceituadas evoluções e/ou mudanças que a língua apresenta ao decorrer do tempo.

### 3.1 AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS E O PRECONCEITO SOCIAL

Como vimos na discussão acima, a variação é um fenômeno natural à língua sendo ela “[...] constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá [...]” (BRASIL, 1988, p. 29); enfim, não existe língua sem variação (BAGNO, 2008).

Contudo, estudiosos tradicionalistas veem as variações linguísticas como algo errado e que, portanto, deve ser evitado. Os defensores dessa visão rudimentar, equivocada, reducionista, atribuem a variação a pessoas desprovidas de poder aquisitivo, com pouco grau de instrução, ou seja, as pessoas das camadas ditas populares, pobres e/ ou marginalizadas, numa tentativa de sugerir que variação só ocorre em classes desprestigiadas da população. Com efeito, Bagno (ibid.), professor e linguista brasileiro, pontua que é preciso abandonar essa visão preconceituosa, pois a variação ocorre em todos os lugares e com todos os falantes, inclusive em grandes centros urbanos e na fala de pessoas altamente escolarizadas.

Tomando por base Bagno (2006, 2007, 2008, 2009), vemos que pessoas detentoras dessa visão, se pautam num ideal de língua, baseado na norma padrão, em que a variedade de prestígio é a única considerada correta. Essa variedade, por sua vez, é associada à classe dominante, isto é, às pessoas de maior poder econômico, maior grau de escolarização e moradores de centros urbanos. Assim, toda variedade que fuja desse padrão, é considerada feia, errada, deficiente. A partir dessa concepção, nasce o preconceito linguístico definido por Scherre (apud ABRAÇADO, 2008) como “[...] o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente (sic), humilhante da FALA DO OUTRO [...]” (p. 12, grifos da autora), sendo o mesmo expresso nos mais diversos estigmas, quando se menospreza, acusa, ridiculariza, rechaça, oprime, exclui o outro por ele falar uma variedade de língua diferente.

Bagno (2008), pontua que o preconceito linguístico não é visto como os demais, na medida que, não existe nenhuma instituição oficial que objetive combatê-lo, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com outros tipos de preconceitos como o

racismo e o sexismo, em que há secretarias especializadas destinadas a atender vítimas desses atos discriminatórios. Acerca desse preconceito, esse autor ainda acrescenta que:

O preconceito lingüístico é tanto mais poderoso, porque em grande medida, ele é "invisível", no sentido de que quase ninguém se apercebe dele, quase ninguém fala dele [...]. Pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito lingüístico (sic passim) que dirá a sua gravidade como um sério problema social. E quando não se reconhece a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo (BAGNO, 2008, p. 23-24).

Atrelado ao preconceito linguístico, está o preconceito social, que segundo Bagno (2007) em sua obra "*Nada na língua é por acaso*", tem suas origens expressas desde o século III a.C. em Alexandria, Egito, quando os formuladores da Gramática tradicional devido a seus preconceitos sociais:

[...] consideravam que somente os cidadãos do sexo masculino, membros da elite urbana, letrada e aristocrática falavam bem a língua, com isso, todas as demais variedades regionais e sociais foram consideradas feias, corrompida, defeituosas, pobres etc. (ibid., p. 68).

Entretanto, apesar de já terem se passado vários séculos, observamos que pouca coisa mudou em relação a esses preconceitos. A língua ainda continua sendo usada como meio de controle social e todos que não se encaixam no padrão linguístico imposto pelo tradicional, são tidos como inferiores tanto linguístico como socialmente. Pobres, marginalizados, analfabetos, semianalfabetos, moradores de zonas rurais, moradores de periferia, sofrem preconceitos constantemente devido ao seu modo de falar e são acusados pelos tradicionalistas de corromperem a língua. Listaremos a seguir alguns preconceitos sociais atrelados ao uso linguístico.

Um exemplo explícito de preconceito social é o praticado contra os moradores da zona rural. É muito comum as pessoas acharem que moradores desse local falam tudo errado, ou como dizem pelo viés tradicional, não sabem falar. Só o termo rural já é tido como inferior, atrasado. Não é raro moradores da zona urbana usarem expressões como "*deixa de ser matuto*", ou "*parece que é do sítio*", expressões que têm o rótulo de brincadeira, mas que na verdade, camuflam o preconceito social intrínseco a esse grupo. Dessa maneira é que, de acordo com Antunes (2007, p. 109):

[...] vamos construindo uma oposição mítica e falseada entre o mundo urbano e o rural: o mundo da abundância e o mundo da precariedade; o mundo do desenvolvimento e o mundo do atraso; o mundo da linguagem bonita e o mundo da linguagem estropiada; o mundo dos inteligentes e o mundo dos rudes e dos incultos.

A região geográfica também é fator de preconceito social. O falar nordestino, por exemplo, é tido como engraçado e o falante desse “falar engraçado” é representado visualmente com vestimentas que preconceituosamente remetem ao falante rural. Nas novelas, por exemplo, o nordestino, assim como as pessoas que pronunciam o “r” retroflexo, são colocados de forma caricaturada, objetivando provocar o riso e escondendo uma “[...] atitude [que] representa uma forma de marginalização e exclusão” (BAGNO, 2008, p. 60, acréscimo nosso).

A pronúncia de palavras provenientes do fenômeno do rotacismo<sup>2</sup>, talvez uma das variedades mais estigmatizadas, presente na fala, principalmente de pessoas não alfabetizadas ou semianalfabetas, não escapam do preconceito social. Segundo Bagno (ibid.), um dos mitos que está mais arraigado ao preconceito linguístico no Brasil, é o de que o brasileiro não sabe português. Isso é muito ruim para a autoestima do mesmo, devido ao sentimento de inferioridade e de incapacidade que isso causa ao falante.

É comum, vemos na sociedade, pessoas analfabetas, que já são excluídas e marginalizadas por não dominarem o código escrito, pedirem desculpas quando têm que se pronunciar em meio à sociedade escolarizada, já por carregarem consigo o estigma de não saber falar, quando na verdade sua fala é altamente compreensível, pois ela sabe se comunicar. O que lhe falta não é o domínio da língua, mas apenas de uma de suas variedades.

Com relação ao preconceito social, vale ressaltar que, o que está em jogo na sociedade em si, não são só as variedades estigmatizadas que as pessoas usam, mas as pessoas que fazem uso dessas variedades, pois se qualquer variedade estigmatizada passasse a ser usada pela classe dominante, ela logo seria tida como “bonita” ou “certa”. É, pois, como afirma Gnerre (1985, p. 04 apud ALKMIM, 2007. p. 39): “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ seus falantes [...]”. Ou como bem

---

<sup>2</sup> “[...] tendência natural em transformar em R o L dos encontros consonantais [...]. Quem diz *broco* em lugar de *bloco* não é ‘burro’, não fala ‘errado’ nem é ‘engraçado’, mas está apenas acompanhando a natural inclinação rotacizante da língua” (BAGNO, 2006, p. 46, grifos do autor).

aponta Bagno (2006, p. 28) “[...] o PNP<sup>3</sup> é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas”.

---

<sup>3</sup> Sigla utilizada por Marcos Bagno, em seu livro a Língua de Eulália, para Português não-padrão.

#### 4 AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NAS AULAS DE PORTUGUÊS: CONCEPÇÕES DO “CERTO” E DO “ERRADO”

“O português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente” (BAGNO, 2008, p. 56). Escolhemos essa citação para abrir essa seção porque ela reflete o que visamos debater aqui: a ideia de uma variedade linguística única, que é valorizada socialmente e que, portanto, deve ser imposta ao aluno, pois é a única correta. Entretanto, antes de adentrarmos nessa questão, é válido conhecer, brevemente, o contexto de quando e como a discussão sobre a variação linguística começou a ser feita no cenário educacional do Brasil.

Em consonância com Bagno (2007), podemos dividir o contexto de discussão da variação surgida no ensino, em dois momentos: o de até 1960, em que a variação era renegada, e não se ouvia nem se discutia sobre ela em nenhum âmbito; e o de a partir de 1960, em que devido ao que o autor chama “[...] **transformação no perfil socioeconômico e cultural** [...]” (p. 30, grifos do autor), há uma mudança no perfil do alunado e dos professores, o que faz com que a variação passe a ser percebida e comece a ser discutida no cenário educacional brasileiro. Vejamos a seguir o porquê que isso ocorre.

Até a década de 1960, a escola era voltada para a elite e restrita aos grandes centros urbanos, os estudantes desse ambiente tinham contato direto com as variedades urbanas, eram influenciados pelo cultismo da escrita e pelo policiamento linguístico. O cargo docente era ocupado por pessoas que tinham elevados níveis de formação, contato com obras e escritores consagrados, falavam língua estrangeira etc.

A partir de 1960, com o processo de urbanização em que grande parte da população rural passou a morar na cidade, houve a chamada democratização do ensino em que as pessoas das camadas populares passaram a frequentar o espaço antes restrito a elite. Com essa nova realidade escolar e as consequências estruturais advindas dela, há uma perda de prestígio do cargo de professor, que passou a ser exercido por pessoas de outros níveis sociais mais baixos. Ou seja, não houve só mudança no perfil social do aluno, mas também do docente.

Com essa nova realidade, os alunos e também os professores, passaram a trazer para a escola seus falares, que se diferenciavam muito dos falares urbanos de

prestígio: “[...] a variação linguística não entrava nos planos de ensino – era invisível e inaudível, relegada ao submundo do ‘erro’. De um momento para outro, no entanto, ela passou a se apresentar de forma muito concreta e eloquente” (BAGNO, 2007, p. 33). Somado a esse novo cenário, os recursos didáticos utilizados na escola, não atendiam as necessidades dessa nova classe que era muito mais diversificada, bem como, os professores não tinham formação adequada para lidar com essa nova realidade.

É a partir dessas transformações sociais e do impacto trazidos por elas, que em 1997, o Ministério da Educação publicou, pautado em mudanças de concepções de ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, dentre os quais os de Língua Portuguesa, que de acordo com o autor citado no início dessa seção, foi reflexo de discussões empreendidas no âmbito acadêmico, há no mínimo vinte anos antes desse documento ser publicado.

O que podemos tirar disso, é que as transformações no perfil social, econômico, cultural da clientela escolar, ocasionaram discussões sobre um novo olhar ao ensino de LP (Língua Portuguesa) que, como preconiza esses documentos que norteiam o ensino de língua, não pode ser centrado nas concepções de certo e errado, nem muito menos, numa variedade única. Mas, o que vemos, apesar desses documentos oficiais apresentarem essa nova perspectiva é que as aulas de LP, quase sempre, continuam sendo pautadas no método tradicional e como reprodutora dessas concepções. Assim, “[...]Diria que não só não se trabalha em favor do fim da discriminação linguística, como pelo contrário, cada vez mais se valoriza a língua da escola, que é na verdade a língua do estado” (POSSENTI, 2006, p. 54).

Ora, como já discutido ao longo desse trabalho, essa concepção de variedade única é resultante de uma visão equivocada e, ao mesmo, mantenedora de *status* social que serve como forma de exclusão e marginalização das classes populares.

Até aqui pudemos perceber os prejuízos dessa visão inadequada no meio social em geral. Mas, direcionando agora essa abordagem para a sala de aula e, mais especificamente para as aulas de LP, podemos nos indagar: quais as consequências dessa visão do certo (norma padrão) e do errado (falar diferente da variedade de prestígio) na formação do alunado? Conseguimos identificar no mínimo duas: o sentimento de inferioridade causado no aluno por sua gramática internalizada não ser respeitada, sendo o mesmo considerado como um deficiente linguístico; e de certa

forma, o estímulo pelo preconceito linguístico, quando se pauta um único modelo de língua como correto.

Como sabemos, o aluno antes mesmo de ter seus primeiros contatos com o ambiente escolar, já possui o que Bortoni-Ricardo (2004) chama de competência linguística, isto é, sua língua materna ou sua gramática internalizada, aprendida no seio familiar ou no próprio meio social em que convive. É, pois, papel da escola, ressalta a autora, ampliar essa competência linguística e desenvolver a competência comunicativa, que o torna capaz de interagir com diferentes situações sociais usando um modelo estilístico adequado:

*Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas têm que ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender as convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado [...] Os usos da língua são práticas sociais [...] exigem vocabulário específico e formas sintáticas que estão abonadas nas gramáticas normativas (ibid., p. 75, grifos da autora, grifos nossos, respectivamente).*

Porém, na maioria das vezes, sua gramática internalizada, suas expressões coloquiais, gírias, sotaques, formas que fogem do português dito correto, não é respeitada, ou pior, tida como erro de português. Quando, na verdade, afirma Bortoni-Ricardo (ibid.), tais “erros” constituem simplesmente formas diferentes de usar os recursos da língua. Dessa maneira, quando as variações são abordadas na perspectiva do “certo” e do “errado” acaba-se reproduzindo e deixando clara a ideologia de uma língua homogênea, a qual beneficia uma parcela reduzida da população e cria desvantagem à coletividade (MARTINS & PAIVA, 2017). Essas concepções do certo e do errado, do não respeito pela sua gramática internalizada e imposição da gramática normativa, gera um grande problema: o aluno como um deficiente linguístico (BAGNO, 2006).

Entretanto, se não podemos dizer que variação é sinônimo de erro, como indagam os puristas da língua, o que podemos chamar erro, numa perspectiva de respeito por essas diversidades? De acordo com Bagno (ibid.), a noção de erro, na língua, fica resguardada a questões individuais do falante, sejam estes, por exemplo, por problemas na fonação ou na audição:

*[...] se alguém ao invés de dizer *cavalo*, diz *cafalo*, este sim estará cometendo um erro [...], pois essa forma não é registrada em nenhuma variedade do*

português do Brasil". Mas dizer *pranta* no lugar de *planta* não é erro: é um fenômeno chamado *rotacismo*, que acontece nas mais diversas regiões do país e que participou da formação da língua portuguesa padrão ao longo dos séculos (p. 35, grifos do autor).

Ainda de acordo com esse autor, as construções sociais do “erro”, que não se restringem somente ao caráter linguístico, mas que também se referem a outras visões sociais do “certo” e do “errado”, partem de modelos sociais ou de invenções humanas, sendo que “[...] todas as classificações sociais e culturais de ‘certo’ e do ‘errado’ são resultantes de visões de mundo, de juízo de valor, de crenças culturais, de ideologias [...]” (BAGNO, 2007, p. 61). Ele ainda acrescenta que quaisquer ideias do “certo” e do “errado” “[...] derivam exclusivamente de ‘leis culturais’, das relações de poder, dos conflitos sociais, da imposição de valor de determinados grupos sobre os demais, da distribuição desigual dos bens materiais e culturais etc.” (ibid., p. 62).

As aulas de LP, na maioria das vezes, são pautadas no método tradicional em que aprender falar correto, ou seja, conforme os padrões gramaticais, é uma prioridade, ou melhor uma regra sem exceção. Contudo, vale ressaltar que se deve sim ensinar gramática, mas de forma que se respeite o que o aluno traz e se ensine de modo que ele amplie seu conhecimento, pois, concordando com o que diz Bagno (2007), o domínio da norma padrão faz parte de um padrão social, e seu domínio é um modo que as classes menos favorecidas têm de lutar em pé de igualdade com as classes privilegiadas e, de certa forma, uma maneira de ascende-se socialmente (id., 2006).

O problema, é quando baseado “[...] **no discurso do senso comum**, impregnado de concepções ultrapassadas sobre linguagem e de preconceitos sociais fortemente arraigados [...]” (BAGNO, 2007, p. 60, grifos do autor) pauta-se o ensino em visões/mitos do “certo” e do “errado”. Os PCN de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, tanto dos anos iniciais como dos anos finais, alertam quanto à atenção que deve ser dada às variedades dialetais, o perigo do valor social atribuído a uma variedade de prestígio:

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas (sic) de menor prestígio como inferiores ou erradas. (BRASIL, 1997, p. 26).

O documento aponta ainda acerca dos mitos do “certo” e do “errado” que a escola precisa se livrar como parte dos cumprimentos de seus objetivos educacionais:

[...] a escola precisa-se livra-se de vários mitos: o de que existe uma forma ‘correta’ de falar, o de que fala de uma região é melhor da que a de outras, o de que fala ‘correta’ é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal português, o de que o português é uma língua ‘difícil’, o que de é preciso ‘consertar’ a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (BRASIL, 1998, p. 31).

A partir dos fragmentos desses documentos, podemos inferir que essa questão dos mitos do ‘certo’ e do ‘errado’ são pautadas por visões preconceituosas permeadas na sociedade e perpassadas na escola. De um lado, temos o aluno que sofre pelo fato de sua gramática internalizada não ser respeitada e ser imposta uma outra padrão; de outro, temos também o aluno que, baseado nesse padrão (que é colocado pela mídia, prezado na sociedade, repassado e reforçado na escola) atinge de forma preconceituosa outros indivíduos devido ao seu modo de falar.

Podemos tomar como exemplo, o aluno que em processo de escolarização e que, inevitavelmente, tem contato com a norma padrão, ache errado o modo de falar de seus avós não escolarizados ou de seu colega que venha de ambiente ou uma região geográfica diferente da dele. A visão de língua homogênea abordada na escola contribui para esse olhar, pois é mostrado ao aluno que só existe uma variedade correta. É dessa forma, que segundo Ferreira (2009, p. 20) “As idiossincrasias nas falas e escritas dos alunos quando abordados sobre fenômenos linguísticos refletem os conceitos estereotipados sobre a língua adquiridos ao longo de sua formação propedêutica [...]”.

A partir dos exemplos do primeiro e do segundo mitos - *o de que existe uma forma ‘correta’ de falar, o de que a fala de uma região é melhor da que a de outras*- trazidos na discussão dos PCN (1998), vemos como o viés da visão de variedade única prestigiado fora do ambiente escolar está arraigado nas aulas de língua portuguesa, nas quais a noção de variação linguística se limita, quase sempre, na reescrita de sentenças consideradas erradas. Um exemplo clássico disso, são as famosas tiras do Chico Bento, isto é – a imagem de um menino, habitante da zona rural, vestido com roupas “típicas” desse ambiente e que, por sinal, fala “tudo errado”, ou seja, o Chico Bento “[...] é apresentado [...] numa caracterização visivelmente precária – como um protótipo do homem do campo, ‘lídimo representante da roça’,

com isso, se cria (ou se reforça!) uma representação infiel das pessoas que vivem no campo” (ANTUNES, 2007, p. 109).

Somado a isso, ainda temos as cantigas, poemas de nordestinos, como Luiz Gonzaga e Patativa do Assaré, que assim, como as tiras do menino do campo, são sugeridas sua reescrita, pois, contêm “formas erradas”. Essas atitudes reforçam a questão da língua do outro como erro e ainda constituem formas preconceituosas e desrespeitosas de tratar o falar e a origem geográfica, além de disfarçar um tremendo preconceito social contra esses grupos.

Ainda à luz dos PCN (1998) e discutindo agora o mito três - *o de que a fala ‘correta’ é a que se aproxima da língua escrita* - dentro das concepções do “certo” e do “errado”, temos mais um equívoco praticado nas aulas de língua portuguesa, o que fala correta é aquela que se espelha na escrita. Portanto, o aluno deve falar sempre de acordo com a norma valorizada socialmente. Considerando que a língua tem duas modalidades: a falada e a escrita e que cada uma tem suas especificidades (espontânea/ elaborada, por exemplo) e contextos de uso (formal, informal), não se pode pautar o ensino de língua nessa visão, pois concordando com o que aponta Antunes (2007, p. 104, grifos da autora) “[...] *o bom uso da língua é aquele que é adequado as condições de uso*”.

## 5 ENTRE OS MITOS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO E A CONSCIÊNCIA VARIACIONISTA DA LÍNGUA: O QUE DEVE SER FEITO EM SALA DE AULA?

Pensemos bem, se dissermos para os nossos alunos que eles têm que falar sempre como se escreve (o que é impossível) estaremos cometendo um erro gravíssimo. É preciso ensiná-los que em determinados contextos, é necessário usar a variedade culta da língua, mas há situações em que esse parâmetro não se aplica. É como coloca Bagno (2006, p. 165, grifos do autor) a respeito do falante que sabe interagir em diferentes situações comunicativas:

[...] O que caracteriza um falante culto é justamente essa facilidade que ele tem de mudar de *registro* [...]. Ele pode passear tranqüilamente (sic) por todo o espectro de variedades, por todo o *continuum*, conforme lhe pareça mais adequado às suas intenções comunicativas. [...] O falante culto é como alguém que tem uma quantidade bem grande de roupas, dos mais variados estilos, e na hora de se vestir vai escolher aquela que ele acha mais apropriada para cada ocasião [...].

A esse respeito, Antunes (2007) ainda acrescenta que a norma culta não pode ser absoluta, inviolável, mas, ao mesmo tempo, não pode ser deixada de lado. Ela deve ser usada adequadamente, de acordo com o contexto. Segundo a autora, dependendo da situação, deve-se adequar a fala tanto para a coloquialidade como para a norma culta, sob pena da interação entre os sujeitos ficar comprometida.

É preciso observar também, por exemplo, que as formas “*Os menino chegou*” e “*Os meninos chegaram*”, constituem maneiras diferente de dizer a mesma, mas é necessário pautar o valor social embutido em cada uma delas. Sendo assim, é preciso abandonar a noção de ‘erro’ e usarmos os termos ‘adequado’ e ‘não adequado’ à situação de uso. Bem como explica Bagno (2008, p. 155), no trecho a seguir:

É totalmente inadequado, por exemplo, fazer uma palestra num congresso científico usando gíria, expressões marcadamente regionais, palavrões etc. [...]. Não é adequado que um agrônomo se dirija a um lavrador analfabeto usando uma terminologia altamente técnica e especializada, a menos que queira não se fazer entender [...].

É necessário pontuar ainda em sala de aula que as variações linguísticas não ocorrem só na língua falada, mas também na língua escrita, e um exemplo claro disso é a linguagem utilizada nas redes sociais que costuma ser abreviada. Mas, é válido

dizer que assim como na modalidade oral, ela também varia de acordo o interlocutor, pois ao se escrever uma mensagem para um professor, por exemplo, dependendo do contexto, se procura ser mais cuidadoso com a escrita, o que seria raro de acontecer se estivéssemos escrevendo para um amigo, numa conversa informal.

Ao consideramos que a norma padrão é um igapó ou que representa só uma ponta de um *iceberg*, e que ainda, a língua é um rio que nunca se detém em seu curso, e o *iceberg* apresenta apenas uma parte superficial de seu todo (BAGNO, *ibid.*), podemos nos perguntar: Por que mostrar aos alunos só esse igapó ou ponta de *iceberg*, quando podemos realizar uma educação sociolinguística voltada para o respeito a todas as variações? Seria, pois, interessante trabalhar as variações em sala de aula não pelas concepções do “certo” e do “errado”, mas por meio de aulas que ao mesmo tempo que respeitasse as variedades dos alunos, também os conscientizasse de que as variações linguísticas não são erros.

Logo, seria muito significativo levar o alunado a refletir como tão variada é a nossa língua e que as variações correspondem tão somente a um processo natural constitutivo dela, como será exemplificado na seção seguinte a partir de uma proposta de atividade pedagógica que elaboramos com base nessa concepção variacionista (e não preconceituosa) da língua.

### 5.1 PROPOSTA DE ATIVIDADE

Considerando que as aulas de língua portuguesa não devem ser pautadas nas concepções do certo e do errado, propomos a seguinte atividade como uma maneira significativa de se trabalhar as variações linguísticas em sala de aula.

#### Charge 1



Fonte: <[http://www.aulasdaminhavidacom.br/2016\\_11\\_29\\_archive.html](http://www.aulasdaminhavidacom.br/2016_11_29_archive.html)> Acesso em: 20 abr. 2018

## Charge 2



Fonte: <<http://conexaoug.blogspot.com.br/2012/06/linguagem-informal-gurias-de-roraima.html>> Acesso em: 20 abr. 2018.

A partir das charges acima, responda:

1. Como você classifica a linguagem ou expressões usadas nas charges 1 e 2?
2. Você costuma fazer uso delas? Em quais circunstâncias?
3. Quais outras expressões você conhece?
4. Na sua opinião, por que nem a mulher da charge 1 nem a professora da charge 2 conseguem entender o que os jovens/aluno estão/está falando?
5. Na sua opinião, o aluno da charge 2 usou uma linguagem adequada para falar com a professora? E os jovens da charge 1, usaram linguagem adequada ao contexto?
6. As expressões usadas tanto na charge 1 como na charge 2 fazem parte da variedade padrão ou não-padrão da língua? Podemos usá-las em qualquer situação?
7. É "errado" fazer usos de gírias?

## 5.2 DISCUSSÃO DA PROPOSTA

Concebendo a gíria como uma variante que faz parte do nosso cotidiano e espontaneamente do dia a dia do aluno, de seu contexto e que, portanto, tais expressões fazem sentido para ele; as questões 1, 2 e 3 têm como objetivo principal levá-lo, inicialmente, ao *reconhecimento desse registro*. Partindo de seus

conhecimentos prévios e de uma aula dialogada, essas questões podem suscitar noções introdutórias sobre o que é uma gíria, já que muitas vezes os alunos fazem uso desse registro, mas não sabem a categoria ou a classificação desse tipo de linguagem. Assim, a partir dessas questões, é possível explorar se eles fazem uso dessa linguagem e em quais contextos. Logo, por meios dessas indagações, é possível fazer um fio condutor entre as mesmas e o que será discutido nas questões posteriores.

As questões 4, 5 e 6 objetivam despertar nos alunos uma reflexão acerca da *adequação linguística* e leva-los à *consciência que a língua está sempre em transformação*, conforme sugerem os PCN: “[...] o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar [...], ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas [...]” (BRASIL, 1998, p. 31).

Desse modo, a partir das referidas questões, podemos mostrar ao aluno que a língua, as expressões da qual fazemos uso hoje, não são as mesmas que as pessoas de uma outra geração costumavam utilizar, por isso que nem a senhora da charge 1 nem a professora da charge 2 entendem a linguagem empregada. Ou seja, na época em que essas pessoas eram adolescentes/jovens, elas também faziam uso de gírias e de outras expressões; entretanto, devido às mudanças e variações, já não fazem uso da linguagem atual e chegam a “desconhecer” ou “achar estranho” o uso de novas formas de linguagem.

Nesse sentido, seria propício mostrar as situações diferenciadas de se usar a mesma variação, a gíria. É preciso observar que em determinados contextos é preciso adequar o registro linguístico. “[...] tudo vai depender *de quem diz o quê, a quem, como, quando, onde* [...]” (BAGNO, 2008, p. 155, grifos do autor). Desse modo, seria possível explicar que essa linguagem na charge 1, foi usada adequadamente por se tratar de um momento descontraído, sem necessidade, dessa forma, de monitorar o registro para uma linguagem padrão. O registro da charge 2, entretanto, apresenta expressões inadequadas ao contexto por se tratar de uma conversa com a professora. Logo, dever-se-ia usar expressões mais formais, abandonando, nesse caso, o uso da gíria. Seria interessante mostrar ainda que nossa língua é regida por um padrão, que, porém, não é inviolável; dependendo da situação, podemos quebrá-lo sem nenhum problema, pois tudo depende do contexto.

Por fim, podemos trabalhar com os alunos a *conscientização contra o preconceito linguístico* e as concepções do “certo” e do “errado” comumente pregado na sociedade por influência da gramática normativa. É possível, a partir da questão 7, conduzir uma discussão que venha apontar que as gírias, ou qualquer outra variação da língua, não se constitui em erro e que, portanto, devemos abandonar ideias como: “é português estropiado que no Brasil se fala, língua de gíria, línguas sem peias sintáticas, língua de flexão arbitrária, língua do ‘deixô vê, do ‘mande ele’, do “já te disse que você’, do ‘não lhe conheço’, do ‘fiz ele estudar’ [...]” (ALMEIDA, apud BAGNO, 2008, p. 102). Ou seja, ideias que se remetem preconceituosamente às variações linguísticas.

É preciso conscientizar os alunos que todas essas manifestações linguísticas que não estão no âmbito da norma padrão, têm uma explicação que foge totalmente da noção do erro, pois como sabemos todos os fenômenos que ocorrem na língua tem uma razão de ser, isto é, “nada na língua é por acaso”, como bem intitula Bagno (2007) em um de seus livros.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi discutido no decorrer desse trabalho, vimos que as variações linguísticas são fenômenos ocorridos devido às heterogeneidades linguística e social. Seu conceito está atrelado tanto ao viés do senso comum como científico, em que no primeiro constitui erro, no segundo, diversidade. Abordamos ainda, que as mesmas ao serem associadas a classe popular ou ainda a determinado ambiente e/ou região, evidenciam não só o preconceito linguístico, mas também, o social. Essa atitude preconceituosa por sua vez, conforme discorreremos, está relacionada a um ideal linguístico valorizado na sociedade, em que a variedade de prestígio, que já é propositalmente associada às classes prestigiadas, é a única correta.

Conforme vimos, essa concepção de variedade única e que, portanto, visa passar a ideia de língua homogênea, está presente nas aulas de língua portuguesa, quando aborda as variações linguísticas na concepção do certo e do errado e acaba, pois, de certo modo contribuindo para a disseminação do preconceito linguístico/social. Apontamos também que a questão não é trabalhar com esses termos, mas com os termos adequados e não adequados ao contexto, bem como, oportunizar aos alunos conhecer como tão variada é nossa língua.

Por fim, a partir da proposta de atividade discutida, pudemos perceber que é possível trabalhar as variações numa perspectiva variacionista e de modo não preconceituoso, bem como, lançar uma consciência não preconceituosa a respeito das variações. Assim, tal atividade constitui um modo estratégico (pois a partir desse modelo de atividade é possível trabalhar e focar em qualquer variação) e propício de levar para a sala de aula a questão das variações linguísticas, pois além de mostrar um novo olhar sobre as mesmas, oportuniza aos alunos aprendizados sobre adequação linguística, não discrimina nenhuma variedade linguística, como também foge da concepção do certo e do errado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, Jussara. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito linguístico, variação linguística e ensino. **Caderno de letras da UFF-** Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário, n. 36, p. 11-26, 1. sem. 2008. Disponível em: [http://pre.univesp.br/sites/530bb90f9caf4daaa9000029/assets/560d59229caf4d511b0009bc/Marta\\_Scherre\\_Ent\\_Prec\\_UFF\\_2008\\_artigo1.pdf](http://pre.univesp.br/sites/530bb90f9caf4daaa9000029/assets/560d59229caf4d511b0009bc/Marta_Scherre_Ent_Prec_UFF_2008_artigo1.pdf)> Acesso em: 10 abr. 2018.
- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística (Parte I). In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 21-42.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- AULAS DA MINHA VIDA. Disponível em: <http://www.aulasdaminhavidacom.br/2016/11/29/archive.html>> Acesso em: 20 abr. 2018.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: Novela sociolinguística**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 50. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Nós chegemos na escola, e agora?: Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino de primeira à quarta série: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2018.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. O Movimento dos Neogramáticos. In: \_\_\_\_\_ **História da linguística**. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 73-78.

CEZARIO, Maria Moura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 141-155.

CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 141-163.

CHOMSKY, Noam. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. Tradução Marcos Antônio Sant'Anna. São Paulo: UNESP, 2005. Disponível em:  
Disponível em:  
<[https://books.google.com.br/books?id=vbsWnf85DHUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=vbsWnf85DHUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 10 mai. 2018.

COELHO, Izete Lehmkuhl. et al. **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. Disponível em:  
<[http://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica\\_UFSC.pdf](http://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica_UFSC.pdf)>  
Acesso em: 14 jan. 2018.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 157-176.

CYRANCA, Lúcia F. Mendonça. Evolução dos estudos linguísticos. In: **Revista Práticas de Linguagem**. v. 4, n. 2, p. 160-195, jul./dez. 2014. Disponível em:  
<<http://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2014/09/160-198Evolu%C3%A7%C3%A3o-dos-estudos-lingu%C3%ADsticos.pdf>> Acesso em: 04 jan. 2018.

ESCOLA ULISSES GUIMARÃES. Disponível em:  
<<http://conexaoug.blogspot.com/2012/06/linguagem-informal-girias-de-roraima.html>>  
Acesso em: 20 abr. 2018.

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.) **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 3 v., p. 27-50.

FERREIRA, Auda Valéria do Nascimento. **A abordagem das variedades linguísticas: uma experiência em sala de aula e no Orkut com alunos do ensino médio**. 2009. 190 f. Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Disponível em:  
<<http://www.educacao.al.gov.br/salavirtualacademica/aabordagemdasvariedadeslinguisticasumaexperienciaemsaladeaulaenoorkutcomalunosdoensinomedio/Auda%20Valeria%20do%20Nascimento%20Ferreira.pdf>> Acesso em: 07 abr. 2018.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Miniaurélio Século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 127-140.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de Gramática. In: \_\_\_\_\_. **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 43-69.

MARTINS, Ana Paula Pereira. Funcionalismo Linguístico: um breve percurso histórico da Europa aos Estados Unidos. **Domínios de Linguagem**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 18-35, fev. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11504> Acesso em: 04 jan. 2018.

MARTINS, Iara F. de Melo; PAIVA, Nágida M. da Silva. Variação linguística e produção de sentido acionados pelo gênero discursivo bode gaiato. In: **Simpósio de Linguagens e gêneros textuais**, 4, [S.l.], 2017. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/sinalge/trabalhos/TRABALHO\\_EV066\\_M D1\\_SA16\\_ID1074\\_15032017131639.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/sinalge/trabalhos/TRABALHO_EV066_M D1_SA16_ID1074_15032017131639.pdf) Acesso em: 12 abr. 2018.

NEVES, Maria Helena de M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Texto e linguagem).

ORLANDI, Eni Puccineli. **O que é Linguística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção Primeiros Passos).

PETER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 11-24.

POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 47-56.

SAUSSURE, Ferdinand. A Linguística estática e a linguística evolutiva. In: \_\_\_\_\_. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 94-116.